



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM
DE UM LADO, TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, DO
OUTRO LADO O SINDICATO DAS
EMPRESAS DE TRANSPORTE DE
PASSAGEIROS DO ESTADO DO
CEARÁ - CONTRATADO, PARA O FIM
QUE NELE SE DECLARA (Processo
Administrativo nº 8513148-
81.2016.8.06.0000).**

CT N.º 02/2017


O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambé, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Secretário Geral, Dr. Pedro Henrique Gênova de Castro e por seu Secretário de Gestão de Pessoas, Dr. Edilson Baltazar Barreira Junior, conforme Portaria nº 1.785/2015, de 14/08/2015, publicada no diário da Justiça Eletrônico de 14/08/2015, e o **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ - CONTRATADO**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.341.423/0001-14, com sede e endereço nesta Capital, na Avenida Borges de Melo, nº 60, Aerolândia, neste ato representado pelo seu Superintendente do Vale-Transporte, o Sr. Paulo César Barroso Vieira, portador do RG nº 9600204252, emitido pela SSP/CE, e inscrito no CPF sob o nº 273.204.053-34, doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, resolvem celebrar o presente Contrato, de acordo com as cláusulas e condições adiante enunciados.


Cláusula Primeira - Da Fundamentação Legal

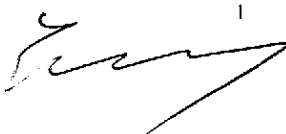
Fundamenta-se, o presente contrato, no art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada, c/c o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 8513148-81.2016.8.06.0000.

Cláusula Segunda - Do Objeto

O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de **"Vale-Transporte Eletrônico - VTE - METROPOLITANO"** para utilização no Sistema de Transporte Coletivo Regular da Região Metropolitana de Fortaleza/CE, nos termos da Lei Federal nº 7.418/85 e alterações, Decreto nº 95.247/87 e Decreto Municipal nº 9.142/93.


Paulo César Barroso Vieira
Superintendente do Vale-Transporte

CT Nº 02/2017

Camilla Félix
Assist. da Superintendência
SINDIONIBUS





ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cláusula Terceira – Das Responsabilidades das Partes Contratantes

A entrega das primeiras vias dos cartões “Vale-Transporte Eletrônico - VTE – METROPOLITANO” pelo **CONTRATADO** dar-se-á a título gratuito.

Parágrafo Primeiro – Os cartões serão entregues com a formatação e os parâmetros de uso definidos pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Segundo – O **CONTRATANTE** poderá solicitar, mediante solicitação por escrito, com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência, o envio de mais cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO” os quais necessitar, observados os procedimentos estabelecidos no presente contrato, Anexo e seus respectivos termos aditivos.

Parágrafo Terceiro – Por motivo de segurança, todos os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO” solicitados no primeiro pedido pelo **CONTRATANTE**, serão entregues pelo **CONTRATADO**, já carregados, sendo que para esta primeira transação, a carga mínima em cada cartão deverá ser o correspondente a 20 (vinte) unidades tarifárias dentre aquelas pertencentes à Região Metropolitana de Fortaleza (CE).

Parágrafo Quarto – Por motivo de limitação tecnológica e para a segurança dos usuários, os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO” possuem um limite de armazenamento de créditos; sendo disponibilizada pelo **CONTRATADO**, mediante solicitação do **CONTRATANTE**, a consulta aos créditos excedentes, que fiquem acumulados no Banco de Dados do VTE, e que poderão ser verificados, mediante acesso ao site, através de um login e senha específicos.

Parágrafo Quinto – Os cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO” são de uso pessoal e intransferível, dos servidores e/ou dos empregados públicos do **CONTRATANTE**, sendo que a utilização dos cartões por terceiros acarreta a aplicação das sanções previstas no Art. 7º, §§ 2º e 3º, do Decreto nº 95.247/1987 e nos Arts. 171 e 299, do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal).

Cláusula Quarta – Do Preço

O valor global do presente contrato está estimado em **R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais)**.

Cláusula Quinta – Dos Recursos Orçamentários

Os recursos financeiros correrão por conta do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário – FERMOJU, tendo como Fonte dos Recursos os diretamente arrecadados, nas seguintes dotações orçamentárias:

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
04200011.02.061.500.21814.1500000.33903900.27000.1.20

04200011 – SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

02 - JUDICIÁRIA
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA
500 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO - FERMOJU
21814 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO-FERMOJU-1º GRAU
1500000 - ESTADO DO CEARÁ
33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27000 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS
1 - FONTE DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES NÃO DESTINADAS À CONTRAPARTIDA
20 - GASTOS ADMINISTRATIVOS CORRENTES CONTINUADOS.

OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
04200011.02.061.500.22576.1500000.33903900.27000.1.20

04200011 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
02 - JUDICIÁRIA
061 - AÇÃO JUDICIÁRIA
500 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO - FERMOJU
22576 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO-FERMOJU-2º GRAU
1500000 - ESTADO DO CEARÁ
33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
27000 - RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS
1 - FONTE DE RECURSOS DE OUTRAS FONTES NÃO DESTINADAS À CONTRAPARTIDA
20 - GASTOS ADMINISTRATIVOS CORRENTES CONTINUADOS.

Cláusula Sexta - Do Prazo

O presente Contrato terá início na data de sua assinatura, encerrando-se sua vigência em 31.12.2017, devendo o **CONTRATANTE**, caso não haja edição de novo contrato, proceder à devolução de todos os cartões cedidos, em perfeito estado de funcionamento.

Parágrafo Único - O **CONTRATANTE** se obriga a pagar o valor correspondente a 10 (dez) tarifas praticadas no 1º Anel Tarifário do Sistema Metropolitano de Fortaleza (CE), por cada cartão que deixar de ser devolvido ao **CONTRATADO**.

Cláusula Sétima - Do Pagamento

O pagamento pela execução do objeto contratual será feito observando o disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, **sendo sua venda comprovada mediante recibo sequencialmente numerado**, emitido pelo **CONTRATADO**, em duas vias, conforme disposto no Art. 21 do Decreto Federal nº 95.247/87.

Parágrafo Primeiro - O **CONTRATANTE** se compromete a adquirir os vales-transporte sob a forma de créditos eletrônicos junto ao **SINDIÔNIBUS**, a partir da assinatura do presente Contrato, o qual deverá disponibilizar os créditos nos postos de venda credenciados ou na modalidade de recarga a bordo dos ônibus, observados os procedimentos previstos no presente contrato.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Parágrafo Segundo – Na modalidade de recarga a bordo nos ônibus, o **SINDIÔNIBUS** efetivará a carga dos créditos nos cartões “Vale-Transporte Eletrônico – VTE – METROPOLITANO”, cedidos ao **CONTRATANTE**, após 03 (dias) dias úteis contados da comprovação do efetivo pagamento do pedido, realizado através de depósito na conta corrente nº 13 000539-2, Agência 3132 do Banco Santander (033) pertencente ao **CONTRATADO** (ou outro estabelecimento indicado pelo **CONTRATADO**), estando a quantia disponível para saque.

Cláusula Oitava – Da Transação e da Transferência de Crédito

O **CONTRATANTE** poderá solicitar por cartão, gratuitamente, 04 (quatro) transações de créditos por mês e 1 (uma) transação de transferência de crédito por trimestre, considerando como início o mês constante na data do “Protocolo de Entrega” dos cartões.

Parágrafo Único – Em caráter excepcional e mediante prévio acordo entre as partes o **SINDIÔNIBUS** poderá aumentar o número de transações previstas no parágrafo anterior, sendo que para cada transação extra será cobrado o valor correspondente a 1 (uma) tarifa praticada no 1º Anel Tarifário do Sistema Metropolitano de Fortaleza (CE).

Cláusula Nona – Do Prazo de Validade dos Créditos

O prazo de validade dos créditos é de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir do momento da disponibilização dos créditos nos veículos (recarga a bordo), nos postos de venda localizados nos Terminais de Integração do Sistema de Transporte de Passageiros de Fortaleza ou nos postos de venda credenciados pelo **CONTRATADO**.

Parágrafo Primeiro – A partir do 5º (quinto) dia que antecederá ao término da validade dos créditos, prevista no *caput* desta cláusula, será exibida uma mensagem de alerta aos usuários nos validadores localizados no interior dos veículos de transporte coletivo de passageiros.

Parágrafo Segundo – O usuário poderá realizar a revalidação dos créditos nos 7 (sete) dias corridos posteriores ao término da validade prevista no *caput* desta cláusula.

Cláusula Décima – Da Inatividade do Cartão

Os cartões em poder do **CONTRATANTE** que não forem utilizados por mais de **120 (cento e vinte) dias** serão automaticamente bloqueados, sendo que, para serem reabilitados, far-se-á necessário que o usuário do cartão solicite o desbloqueio através de requerimento formulado em papel timbrado do **CONTRATANTE** e devidamente assinado pelo responsável competente, onde deverão constar os dados do usuário do cartão a ser desbloqueado.

Parágrafo Único – Caso o **CONTRATANTE** não queira reabilitar os cartões bloqueados, deverá devolvê-los ao **CONTRATADO** em perfeito estado de



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

funcionamento, pagará o custo correspondente a até 10 (dez) tarifas praticadas no 1º Anel Tarifário do Sistema Metropolitano de Fortaleza (CE) por cartão não devolvido, que será cobrado após 30 (trintas) dias contados a partir da data do efetivo bloqueio.

Cláusula Décima Primeira - Da Perda, Do Extravio ou Do Roubo do Cartão

Nos casos de perda, extravio ou roubo de qualquer cartão, o **CONTRATANTE** deverá proceder à comunicação ao **CONTRATADO**, através da sua central de atendimento, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h às 18h, para que seja providenciado o seu bloqueio. Para efetivar a referida operação, será solicitado ao **CONTRATANTE** a confirmação dos dados cadastrais constantes no banco de dados do **CONTRATADO**.

Parágrafo Primeiro - O **SINDIÔNIBUS** providenciará o bloqueio do cartão no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da comunicação prevista no *caput* desta cláusula.

Parágrafo Segundo - Nos casos previstos no *caput* desta cláusula, o **CONTRATANTE** poderá transferir os créditos remanescentes para outro cartão mediante solicitação ao **SINDIÔNIBUS**, sendo assim considerados aqueles não utilizados a partir do efetivo bloqueio.

Cláusula Décima Segunda - Da Via Adicional do Cartão

Em até 05 (cinco) dias da assinatura do presente instrumento, o **CONTRATANTE** deverá enviar um documento ao **CONTRATADO** informando a pessoa responsável pelas solicitações das vias adicionais de cartões; bem como da realização do cadastramento dos seus servidores e/ou empregados públicos como usuários e das atualizações cadastrais.

Parágrafo Primeiro - No caso de perda, extravio ou roubo do cartão, deverá ser apresentando o Boletim de Ocorrência Policial, para solicitar a via adicional do cartão, sendo cobrado o valor de até 10 (dez) tarifas correspondentes ao valor praticado no 1º Anel Tarifário do Sistema Metropolitano de Fortaleza (CE), a ser pago no ato do recebimento do cartão.

Parágrafo Segundo - No caso de danificação do cartão "**Vale-Transporte Eletrônico - VTE - METROPOLITANO**", por culpa exclusiva do usuário, será cobrado, para solicitar a via adicional do cartão, o valor de até 10 (dez) tarifas correspondentes ao valor praticado no 1º Anel tarifário do Sistema Metropolitano, a ser pago no ato do recebimento do cartão.

Cláusula Décima Terceira - Da Rescisão

Constituem motivos para a rescisão contratual, sem prejuízo das disposições atinentes ao tema previstas na Lei nº 8.666/93, inclusive o disposto nos arts. 77 a 80, e alterações posteriores, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, a ocorrência de:



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- a) Não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais pactuadas, especificações e prazo estabelecido.
- b) Paralisação do Contrato sem justa causa, sem prévia comunicação ou sem autorização do **CONTRATANTE**.

Cláusula Décima Quarta – Das Disposições Gerais

Os casos omissos e as alterações decorrentes de deliberações posteriores à celebração deste contrato serão objeto de formalização, mediante a celebração do competente Aditivo, de acordo com as disposições constantes na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Cláusula Décima Quinta – Do Foro

As partes elegem o foro da Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, como competente para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para juntas produzirem um só efeito de direito, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.


Fortaleza, 02 de janeiro de 2017.



DR. PEDRO HENRIQUE GÊNOVA DE CASTRO
SECRETÁRIO GERAL DO TJCE – CONTRATANTE



DR. EDILSON BALTAZAR BARREIRA JUNIOR
SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE – CONTRATANTE



SR. PAULO CÉSAR BARROSO VIEIRA
SUPERINTENDENTE DO VALE-TRANSPORTE – CONTRATADO

TESTEMUNHAS: _____



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ANEXO
Instrumento de Adesão ao
Contrato Padrão de Cessão de Utilização do
Cartão Eletrônico "Vale-transporte Eletrônico - VTE - METROPOLITANO"

CONTRATADO:		
Nome: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ Representante Legal: Superintendente do Vale-transporte	CNPJ: 07.341.423/0001-14	
Endereço: AV. BORGES DE MELO, 60	Bairro: AEROLÂNDIA CEP: 60415-510	Cidade: FORTALEZA - CE

CONTRATANTE:		
Nome: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará		CNPJ nº 09.444.530/0001-01
Fone: 3207-7000	e-mail:	
Representantes Legais: Dr. Pedro Henrique Gênova de Castro Dr. Edilson Baltazar Barreira Junior		
Código:	I.E.	I.M:
Endereço: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Distrito de São José do Cambeba		
Bairro: Cambeba	Cidade: Fortaleza	CEP: 60.839-900

P R E Â M B U L O

Cartões Vale-Transporte Eletrônico - VTE METROPOLITANO cedidos (a ser preenchido pelo CONTRATADO de acordo com o arquivo de cadastro enviado pelo CONTRATANTE)	
Quantidade:	(numeração dos cartões conforme Protocolo de Entrega e usuários cadastrados)

Fortaleza, 02 de JANEIRO de 2017.


CONTRATANTE


Paulo César Barroso Vieira
CONTRATADO

Testemunhas:

CPF:

CPF: